

1. Contratos públicos

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto da Conservação da Natureza

Parque Nacional da Peneda-Gerês

Anúncio

Hasta pública n.º 3/2006 — venda de material lenhoso

1 — Entidade adjudicante: Instituto da Conservação da Natureza — Parque Nacional da Peneda-Gerês, sito na Avenida de António Macedo, 4704-538 Braga; telefone: 253203480, fax: 253613169.

2 — Objecto do concurso: venda de material lenhoso:

Lote 3/TB/06, proveniente de cortes extraordinários;

Lote 1/MT/06, proveniente de cortes culturais;

Lote 2/MT/06, proveniente de cortes extraordinários;

Lote 3/MT/06, proveniente de corte extraordinário.

O presente concurso insere-se nas seguintes categorias e descrições com referência ao Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 1232/98, do Conselho, de 16 de Junho, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, de 22 de Junho, e ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), publicado no suplemento do *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º S169, de 3 de Setembro de 1996:

Categoria: 02100000-5 — descrição: Madeira;

Categoria: 02150000-0 — descrição: Madeira de resinosas.

3 — Local: Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG).

4 — Base de licitação: com base no maior valor das propostas a apresentar.

5 — Condições de pagamento:

a) Será efectuado no acto da arrematação provisória um depósito obrigatório;

b) A primeira prestação será liquidada no acto da assinatura do contrato;

c) As restantes prestações serão liquidadas nas datas previstas no contrato, pela percentagem referida no regulamento, numa conta e instituição a designar pelo ICN/PNPG;

d) O comprador pode antecipar o pagamento das prestações que desejar.

6 — a) O processo pode ser consultado e obtido na sede do PNPG, Avenida de António Macedo, 4704-538 Braga.

b) As consultas podem ser efectuadas até ao último dia útil antes da data do acto público do concurso, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

c) O custo de cada exemplar do processo é de 25 euros, com IVA incluído, a liquidar directamente pelos concorrentes, em numerário ou cheque, contra recibo, debitando-se os custos de expedição no caso de envio pelo correio. Nos pedidos por escrito, o sobrescrito deverá identificar a hasta pública a que se refere.

7 — a) As propostas devem ser entregues contra recibo ou enviadas por correio, sob registo e com aviso de recepção, para a morada mencionada no ponto 6.

b) As propostas deverão ser apresentadas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

c) As propostas deverão ser entregues até às 17 horas do 15.º dia a contar da data da publicação do anúncio relativo ao presente concurso no *Diário da República*.

8 — A praça terá lugar na sede do PNPG, pelas 15 horas do dia útil imediato à data limite para entrega de propostas, podendo a ele assistir e intervir na praça todos os concorrentes e os eventuais titulares de direitos de preferência, ou os seus representantes devidamente identificados.

9 — O lote será arrematado por quem ofereça maior lance.

10 — A caução a apresentar pelo adjudicatário será de valor correspondente a 15% do preço total da adjudicação, com exclusão do IVA, a prestar por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária.

11 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República*: 3 de Agosto de 2006.

12 — Data da recepção do anúncio para publicação na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.: ...

3 de Agosto de 2006. — O Director do Parque Nacional da Peneda-Gerês, *Henrique Miguel Pereira*. 1000304545

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto Nacional de Intervenção
e Garantia Agrícola

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola.

Endereço postal:

Rua de Castilho, 45-51.

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1269-163.

País:

Portugal.

Pontos de contacto:

Júri do Concurso.

A atenção de:

Rui Reis.

Telefone:

213846115.

Fax:

213846190.

Correio electrónico:

rui.reis@inga.min-agricultura.pt

Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Organismo de direito público.

A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:

Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Concurso público para a aquisição de serviços de recolha, transporte e eliminação (com ou sem transformação prévia) de cadáveres de animais mortos nas explorações, concentrados em unidade intermédia (UI), considerados subprodutos animais — matérias da categoria 1 [matérias definidas no artigo 4.º do capítulo II do Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento e do Conselho, de 3 de Outubro].

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

c) Serviços:

Categoria de serviços n.º 16.

Principal local de execução: Beja — Alentejo.

Código NUTS: PT182.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

O presente concurso público destina-se à aquisição de serviços de recolha, transporte e eliminação (com ou sem transformação prévia) de cadáveres de animais mortos nas explorações, concentrados em unidade intermédia (UI), considera-

dos subprodutos animais — matérias da categoria I [matérias definidas no artigo 4.º do capítulo II do Regulamento (CE) n.º 1774/2002, do Parlamento e do Conselho, de 3 de Outubro].

As espécies animais objectos do presente concurso são a ovina e caprina.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): Objecto principal.

Vocabulário principal: 90120000.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não.

II.1.8) Divisão em lotes:

Não.

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

II.2.1) Quantidade ou extensão total:

A quantidade total estimada de subprodutos a recolher é de 2000 t/ano.

II.2.2) Opções:

Não.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Com início em 01/01/2007.

Conclusão em 31/12/2007.

SECÇÃO III: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações é exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução anteriormente à assinatura do contrato, caução essa no valor de 5% do valor total do fornecimento, com exclusão do IVA.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

Para efeitos de pagamento, as facturas serão pagas a 30 dias da data de recepção das mesmas, de acordo com as condições de pagamento estipuladas.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir uma das formas jurídicas admitidas por lei, no caso de lhe ser adjudicado o contrato.

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Não.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa colectiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa colectiva, a denominação social, número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória;

Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I ao presente caderno de encargos.

III.2.2) Capacidade económica e financeira:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Declaração do concorrente na qual indique, em relação aos três últimos anos, o volume global dos seus negócios e o valor específico relativamente ao fornecimento de serviços objecto do presente concurso.

Documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos.

III.2.3) Capacidade técnica:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Licença sanitária certificada pela autoridade competente do Estado membro, referente ao licenciamento industrial da unidade de transformação/incineração; Declaração da autoridade competente do Estado membro de destino, autorizando a recepção dos materiais objecto do presente concurso ou dos produtos transformados derivados de matérias de categoria I, em conformidade com o estabelecido no artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1774/2002 e suas alterações; Licença certificada pela autoridade competente para fazer prova de que dispõe de veículos e contentores aptos para o transporte dos produtos objecto do presente concurso;

Declaração do concorrente, sob compromisso de honra, em como está habilitado para cumprimento do objecto do presente concurso, reunindo as condições exigidas no artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1774, de 3 de Outubro de 2002, sendo que a apresentação dos documentos será exigida após a adjudicação;

Lista dos principais serviços fornecidos nos últimos três anos, respectivos montantes, datas e destinatários, a comprovar por declarações destes ou, na sua falta e tratando-se de destinatários particulares, por simples declaração do concorrente.

III.2.4) Contratos reservados:

Não.

III.3) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica:

Não.

III.3.2) As pessoas colectivas devem indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal responsável pela execução do serviço:

Não.

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Preço mais baixo.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante: Concurso público n.º 09/INGA/DPA/2006.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Não.

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 19/09/2006.

Hora: 17.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 302,50.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

Liquidar em dinheiro ou em cheque no acto da aquisição.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 20/09/2006.

Hora: 17.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta:

Período em dias: 60 (a contar da data limite para recepção das propostas).

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 21/09/2006.

Hora: 10.

Lugar: Rua de Castilho, 45-51, 1269-163 Lisboa, Portugal.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Sim.

Pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados.

Os representantes dos concorrentes consideram-se devidamente credenciados mediante a apresentação de declaração em que lhe é dada competência para representar a empresa e intervir no acto público, bem como através da apresentação do bilhete de identidade.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO

Não.

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Não.

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

Na eventualidade de a proposta ser enviada pelo correio, ainda que sob registo, será o concorrente o único responsável pelos atrasos que, porventura, venham a verificar-se, não podendo apresentar qualquer reclamação, na hipótese de a entrada dos documentos ocorrer depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

As propostas e os respectivos documentos de apresentação obrigatória devem ser redigidos em língua portuguesa.

O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por iguais períodos, para os concorrentes que nada requererem em contrário.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 31/07/2006.

31 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Joaquim Mestre*. — O Vogal, *Egídio Barbeito*. 3000213347

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Lisboa

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras

Fornecimentos

Serviços